

Ambiente Aval para obras inclui tradução para idioma dos índios

Licença fica mais difícil em terras indígenas

Daniel Rittner
De Brasília

Novas regras em vigência desde março alteraram os procedimentos da Fundação Nacional do Índio (Funai) na análise de grandes obras de infraestrutura e reacenderam o temor nos empresários de um freio no licenciamento ambiental para a construção de usinas hidrelétricas e rodovias em terras indígenas, principalmente na Amazônia. Associações do setor elétrico advertem que as regras podem travar o último pacote de medidas anunciadas pelo governo para simplificar trâmites do licenciamento.

Em outubro do ano passado, a publicação de seis portarias interministeriais prometeu agilizar a análise socioambiental de grandes projetos de infraestrutura. O objetivo era tornar mais previsível e bem administrado o processo de licenciamento em quatro órgãos frequentemente consultados pelo Ibama — a Funai, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Ministério da Saúde e a Fundação Palmares. A ministra

do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse na ocasião que o estabelecimento de “regras claras” acabava com o “achismo ambiental” por parte desses órgãos.

No entanto, de acordo com sua instrução normativa nº 1, de 2012, a Funai estabeleceu procedimentos que pegaram os empresários de surpresa. O Rima — relatório simplificado do estudo de impacto ambiental que precisa ser feito para cada projeto — deverá ser encaminhado às tribos afetadas “em linguagem acessível ou com tradução para línguas indígenas”. Além disso, segunda a norma, as comunidades poderão opinar sobre os futuros empreendimentos em consulta “prévia, livre e informada”.

A lista de preocupações continua. Equipes técnicas e empresas de consultoria com “produtos pendentes, insatisfatórios ou reprovados na Funai” poderão ser proibidos de participar de novos estudos. Por fim, o órgão de proteção aos índios concede a si mesmo o direito de pedir “complementações” ou “revisões parciais” dos estudos, quando o pacote do ano passado — especifi-

Nova polêmica

Setor elétrico contesta instrução normativa da Funai

As controvérsias	O que diz a medida	Do que reclamam os empresários
Consulta prévia	“Os estudos e o resultado da análise serão apresentados às comunidades indígenas afetadas, em consulta prévia, livre e informada”	Já são efetuadas audiências públicas para colher as manifestações das comunidades indígenas afetadas. A realização de consulta prévia, em termos não especificados, pode ter impacto nos prazos do licenciamento e introduzir um mecanismo desconhecido no processo
Parecer da Funai	Prevê a exigência de “complementações” e a possibilidade de “reprovação” de estudos relacionados ao componente indígena no âmbito do licenciamento ambiental	A portaria interministerial não prevê essas atribuições (aprovação ou reprovação dos estudos) à Funai, determinando que o órgão apenas encaminhe sua manifestação dentro do prazo previsto ao Ibama, a quem cabe pedir ou não complementações e tomar uma decisão
Tradução de documentos	O relatório de impacto ambiental deverá ser encaminhado às comunidades indígenas afetadas em “linguagem acessível ou com tradução para línguas indígenas, a ser elaborado pelo empreendedor”	É necessário que as populações afetadas possam compreender o conteúdo do documento, daí a exigência de linguagem acessível. Mas a tradução só seria justificável em casos excepcionais, de populações realmente isoladas, sob pena de tornar o licenciamento mais lento e difícil
Veto a equipes técnicas	“Membros da equipe técnica e empresas de consultoria com produtos pendentes, insatisfatórios ou reprovados na Funai poderão ser vedados de participar dos estudos”	O impedimento à participação de determinados técnicos deve seguir critérios objetivos relacionados especificamente à sua competência, e não a estudos distintos daquele vinculado ao objeto do licenciamento
Abrangência geográfica	Os empreendimentos ou atividades potencial ou efetivamente causadores de impactos ambientais e socioculturais a terras e povos indígenas são “aqueles localizados em terras indígenas ou em seu entorno”	Teme-se que o “entorno” de terras indígenas seja um conceito suficientemente vago para a entrada da Funai no licenciamento de obras mais distantes, apesar de a portaria interministerial definir uma distância de até 40 km como área de impacto das hidrelétricas

Fontes: Funai e associações do setor elétrico

camente a portaria interministerial nº 419/2011 — restringia essa prerrogativa apenas ao Ibama.

“Quando foi publicada, a portaria foi celebrada como um avanço. Com essa linguagem, a instrução normativa volta a flexibilizar prazos que estavam sendo regulamentados e constitui um retrocesso”, diz Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, um observatório do setor elétrico. Para ele, o principal ponto negativo da medida é que reforça o “papel discricionário” da Funai na análise dos pedidos de licenciamento ambiental.

“Há etapas e procedimentos novos. Isso pode acentuar a morosidade do processo de licenciamento, que já é lento”, diz o coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (Fmase), Marcelo Moraes. “O problema é que a instrução normativa da Funai vai de encontro ao espírito do que se havia anunciado”, completa o executivo, que levará esses assuntos a uma reunião marcada para hoje com o ministro de

Minas e Energia, Edison Lobão.

A questão atinge em cheio os planos do ministério comandado por Lobão. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável pelo planejamento do setor, cerca de 70% do potencial hidrelétrico brasileiro que ainda não foi explorado está na Amazônia. E metade do potencial, aproximadamente, encontra-se em terras indígenas. As usinas de Belo Monte (PA) e Teles Pires (MT/PA) são só as primeiras de uma longa lista. São Luís do Tapajós (AM) deve ser o próximo projeto com potencial explosivo.

A licença de Teles Pires chegou a ser revogada, durante duas semanas, por decisão da Justiça Federal no Mato Grosso. Uma das alegações era justamente que as tribos Kayabi, Apiaká e Mundurucu não foram ouvidas adequadamente antes da emissão da licença pelo Ibama. A decisão judicial só foi cassada anteontem.

Em nota técnica, o Fmase combate os procedimentos estabelecidos pela Funai. Segundo a enti-

dade, já existe a previsão de fornecer os estudos socioambientais em linguagem acessível às comunidades afetadas, mas a tradução de documentos deve ser exigida “apenas em caráter de excepcionalidade”. Devido à complexidade das línguas indígenas e à falta de profissionais com conhecimento delas, a regra pode acabar encarecendo todo o processo de licenciamento, além de ter reflexos nos seus prazos.

Quanto ao mecanismo de consulta prévia, o fórum do setor elétrico lembra que a legislação já prevê a realização de audiências públicas para a apresentação dos estudos, nas quais os interessados podem opinar livremente.

Há queixas ainda sobre as restrições a especialistas, considerada “descabida porque diferentes estudos não guardam relação entre si e eventual reprovação dos mesmos não legitimam a Funai a desabilitar um técnico ou uma empresa de consultoria a exercer suas atividades profissionais”.

Outro ponto que gerou con-

trovêria envolve a área de abrangência para intervenção da Funai no licenciamento. A portaria 419 fixava limites para determinar essa área de influência, que podia chegar a 40 quilômetros, no caso de rodovias ou de hidrelétricas. Na instrução normativa, contudo, a Funai volta a usar termos mais genéricos e afirma que as novas regras valem para empreendimentos localizados em terras indígenas ou “em seu entorno”. Com isso, teme-se a abertura de brecha para o órgão entrar na análise de inúmeros empreendimentos de infraestrutura, argumentando que há possibilidade de impactos socioambientais.

Marcelo Moraes, do Fmase, diz que os procedimentos da Funai podem até ser questionados nos tribunais. “Mas queremos resolver isso no âmbito administrativo, conversando com os órgãos envolvidos, sem a necessidade de judicialização”, acrescenta.

Procurado pelo Valor, o Ibama não quis comentar as exigências definidas pela Funai.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

Aloysio Guapindaia: “Assegurar os direitos dos povos indígenas não deve ser conflitante com o desenvolvimento do país”

Usinas não podem colocar em xeque modos de vida das tribos, diz Funai

De Brasília

A Fundação Nacional do Índio (Funai) rejeita as críticas do setor elétrico e diz que os trâmites definidos em sua instrução normativa não vão provocar atrasos no licenciamento de grandes obras de infraestrutura. “Não concordo com isso. Não estamos burocratizando, pelo contrário. Sem a instrução, não teríamos como atender aos prazos da portaria interministerial”, afirma o diretor do Departamento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, Aloysio Guapindaia.

Guapindaia admite rever “inconsistências que precisem ser sanadas”, mas defende as regras da autarquia. Para ele, o desenvolvimento “bastante acelerado” da economia e da infraestrutura representam um desafio à proteção das comunidades indígenas.

“A Funai busca assegurar os di-

reitos dos povos indígenas, e isso não deve ser conflitante com o desenvolvimento do país”, afirma o diretor do órgão. “Não entendemos que o desenvolvimento seja contraposto ao desenvolvimento das populações indígenas, mas é preciso respeitar seus modos de vida tradicionais. Uma hidrelétrica que afete terra indígena não pode colocar em risco, sob hipótese nenhuma, a sobrevivência daquele grupo nem colocar em xeque seus modos de vida. Se colocar em risco, a Funai vai dizer ao Ibama que aquele empreendimento é inviável.”

Segundo ele, a portaria interministerial 419/2011 já previa que órgãos auxiliares no licenciamento publicassem normas internas para se adequarem às novas orientações. Guapindaia diz que não houve excessos da Funai, conforme reclamação das associações do setor elétrico. “A

Funai tem a atribuição, pelo próprio Conama [Conselho Nacional de Meio Ambiente], de se manifestar com relação ao componente indígena. Ela pode, sim, dizer ao Ibama que este ou aquele estudo não é suficiente para concluirmos a nossa análise”, afirma.

Quanto às críticas, o diretor diz que a consulta prévia apenas formaliza uma prática que a Funai já vinha adotando, buscando ouvir as comunidades indígenas para definir medidas compensatórias ou mitigatórias das obras de infraestrutura. Ele defende a possibilidade de veto da autarquia a determinas equipes técnicas e empresas de consultoria na preparação de estudos. “É necessário fazer tudo em comum acordo com os indígenas. Afinal, estamos entrando na casa deles. A recusa, em última instância, não é da Funai. Quem estabelece esses vetos são os próprios índios.”

Confiança do varejo sobe sobre 2011, mas cai em março

Ana Conceição e Arícia Martins
De São Paulo

Dois índices que medem a confiança do setor de varejo, divulgados ontem, apresentam resultados diferentes na comparação com 2011 e no curto prazo. Enquanto uma pesquisa mostra uma confiança superior a do ano passado, a outra indica um otimismo menor em março do que em fevereiro.

O Índice de Confiança do Comércio (Icom), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que os varejistas ficaram mais otimistas no trimestre encerrado em março. A média do indicador no trimestre ficou em 124,6 pontos, 4,3% inferior à registrada no mesmo intervalo em 2011, de 130,2 pontos. No trimestre encerrado em fevereiro, a média tinha sido pior. Havia marcado queda de 6,4% na mesma base de comparação.

A outra pesquisa, feita pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), referente apenas ao mês de março, aponta que a confiança do em-

presário paulistano do varejo caiu 2,3% entre fevereiro e março, ao passar de 121,1 pontos para 118,3 pontos no período.

De acordo com a FGV, a tendência de recuperação da confiança do setor varejista foi observada em 11 dos 17 segmentos pesquisados. Em cinco deles houve piora e em um segmento o resultado de março ficou estável em relação a fevereiro. No varejo restrito, houve melhora em cinco de nove segmentos pesquisados, no varejo ampliado, em oito dos 13 segmentos, e no atacado, houve melhora em três dos quatro segmentos.

O aumento da confiança em março foi influenciado principalmente pela melhora da percepção em relação à demanda no presente momento, nota a FGV. O Índice da Situação Atual (Isacom) médio do trimestre terminado em março ficou 4,1% inferior ao do mesmo período do ano anterior. Em fevereiro, a variação havia registrado queda de 7,9% na mesma base de comparação. Na média do trimestre, 19,4% das empresas consultadas

avaliaram o nível atual de demanda como forte e 24%, como fraca. No mesmo período de 2011, esses percentuais haviam sido de 19,6% e 20,1%, respectivamente.

Entre fevereiro e março, as expectativas em relação aos meses seguintes também melhoraram. Na comparação com o ano passado, o Indicador Trimestral do Índice de Expectativas (IE-com) passou de -5,3% para -4,5% no período.

Dos quesitos integrantes do índice, a tendência dos negócios nos seis meses seguintes exerceu a maior influência na redução da média trimestral entre março de 2011 e de 2012, ao passar de 163,7 para 155,4 pontos. Entre as empresas sondadas, 60,3% esperam melhora, e 4,9%, piora da situação dos negócios, diante de 69,4% e 2,8%, respectivamente, no trimestre findo em março de 2011.

Já a Fecomercio-SP afirma que o recuo do otimismo do empresário do varejo em março foi causado principalmente pelo índice de condições atuais, que entrou na zona do pessimismo ao marcar

93,1 pontos em março, uma retração de 9,7% sobre fevereiro. Para os economistas da entidade, esse índice foi afetado pela sazonalidade de baixa de início de ano, período em que as vendas são mais fracas do que as médias mensais.

O índice de investimento do empresário do comércio recuou 0,6% na passagem de fevereiro para março, alcançando 106,4 pontos, segunda retração consecutiva. Segundo a entidade, o movimento sinaliza menos ímpeto por novos investimentos e “merece atenção especial, pois o sentimento negativo em relação aos investimentos gera externalidades negativas na economia como um todo”.

Na contramão dos outros indicadores que compõem a confiança do empresário do comércio, o índice de expectativa subiu 1,4% entre fevereiro e março, passando para 155,3 pontos, com alta em todos os quesitos pesquisados, trajetória que, de acordo com a Fecomercio, indica que o nível de atividade econômica pode se recuperar no médio prazo.

Vazamento em Roncador não é petróleo, diz ANP

Cláudia Schuffner
Do Rio

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) confirmou ontem que o óleo encontrado próximo ao campo de Roncador não é petróleo. Em nota, a agência informou que as amostras indicaram que o óleo não é de nenhum reservatório da Bacia de Campos, confirmando nota divulgada pela Petrobras. “Os resultados apontam para um fluido de perfuração ou completação comumente utilizado em operações de poço.”

A nota da agência é menos esclarecedora do que a da estatal. Além de informar que as amostras coletadas têm características semelhantes a um tipo de fluido usado na perfuração de poços, constituído basicamente de n-parafina, a Petrobras acrescentou que não fez “perfurações recentes nas proximidades dessa área do Campo de Roncador e

que não há registro de manchas de fluido na superfície do mar”.

As informações sobre esse novo afloramento de óleo na bacia de Campos são descontraídas. A primeira notificação sobre a existência do que foram chamadas de “gotículas” foi feita pela Chevron, operadora do campo de Frade, durante uma inspeção no fundo do mar no fim de semana. Foi a ANP que divulgou o fato. Mas até o momento não se sabe qual a natureza do fenômeno, sua relação com o acidente no campo de Frade em novembro de 2011 e muito menos com Roncador, que é vizinho do campo operado pela Chevron e o segundo maior produtor de petróleo do país, com 256 mil barris de petróleo por dia e 4,5 milhões de metros cúbicos de gás diários.

A Agência Nacional do Petróleo informou que “segue analisando o incidente, com o objetivo de identificar sua origem”.